

TERRITÓRIO, SOCIEDADE E DESIGUALDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

TERRITORY, SOCIETY, AND INEQUALITY: A LITERATURE REVIEW

TERRITORIO, SOCIEDAD E INEQUIDAD: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

Nadyelle Cursino do Carmo¹ <https://orcid.org/0000-0001-7971-9090>

Fabrizia Gioppo Nunes² <https://orcid.org/0000-0001-6159-4701>

Alex Mota dos Santos³ <https://orcid.org/0000-0002-5156-3968>

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre o tema desigualdade socioterritorial, com foco em indicadores de inclusão e exclusão social, que foram tratados por técnicas de geoprocessamento. A metodologia envolveu, de forma híbrida, as perspectivas bibliométrica e sistemática. Na perspectiva bibliométrica foi adotada a abordagem quantitativa, utilizando as métricas do Bibliometrix, através do software R, e tendo como *strings* de busca a frase "*socio-territorial inequality and geoprocessing*". Já, a abordagem sistemática foi realizada através da análise quali-quantitativa efetuada pela avaliação: da síntese da abordagem, produção de dados, bases colaborativas e dos principais indicadores utilizados. O resultado da pesquisa bibliométrica retornou o mapeamento de 113 artigos nas bases Scopus e Web Of Science, resultando em 74 e 39 publicações, respectivamente, entre os anos de 1987 a 2022. Eliminando, as repetições de 10 artigos que foram contabilizados nas duas bases, o resultado final foi de 103 publicações. Do levantamento da perspectiva sistemática, pode-se constatar ainda, o predomínio das pesquisas em países da América Latina com destaque para os indicadores: educação, sexo, idade, renda, mobilidade, infraestrutura e habitação.

Palavras-chave: Indicadores sociais. Exclusão social. Inclusão social. Bibliometrix.

¹ Graduação em Tecnologia em Agrimensura e em Tecnologia em Geoprocessamento – Instituto Federal de Goiás, Mestre em Engenharia do Meio Ambiente – PPGEMA/Universidade Federal de Goiás e Doutoranda em Geografia – PPGEOL/Universidade Federal de Goiás. Docente do Instituto Federal de Brasília/Campus Samambaia. E-mail: nadyellecarmo@gmail.com

² Graduação em Geografia – Universidade Federal do Paraná, Mestrado em Geologia Ambiental PPGEOL/Universidade Federal do Paraná, Doutorado Sanduíche em Geologia Ambiental PPGEOL/Universidade Federal do Paraná/Centro de Geotecnologia da Universidade de Siena. Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás. E-mail: fabrizia.iesa.ufg@gmail.com

³ Graduação em tecnologia em geoprocessamento – Instituto Federal de Goiás, Mestrado em Geografia – PPGEOL/Universidade Federal de Goiás, Doutorado em Geografia - PPGGEO/Universidade Federal do Paraná. Professor adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia/Campus Jorge Amado. E-mail: alexmota@gfe.ufsb.edu.br

ABSTRACT

This article aims to conduct a literature review on the topic of socio-territorial inequality, focusing on indicators of social inclusion and exclusion that have been addressed through geoprocessing techniques. The methodology employed a hybrid approach, combining bibliometric and systematic perspectives. The bibliometric perspective adopted a quantitative approach, utilizing Bibliometrix metrics through R software, with the search string "socio-territorial inequality and geoprocessing." On the other hand, the systematic approach involved a qualitative and quantitative analysis, including the evaluation of the approach synthesis, data production, collaborative databases, and key indicators used. The bibliometric research resulted in the mapping of 113 articles in Scopus and Web of Science databases, with 74 and 39 publications, respectively, from 1987 to 2022. After removing the duplicates of 10 articles counted in both databases, the final result was 103 publications. From the systematic perspective, it was observed that research predominates in Latin American countries, with notable indicators including education, gender, age, income, mobility, infrastructure, and housing.

Keywords: Social indicators. Social exclusion. Social inclusion. Bibliometrix.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo realizar una revisión de la literatura sobre el tema de la desigualdad socioterritorial, con un enfoque en indicadores de inclusión y exclusión social tratados mediante técnicas de geoprociamiento. La metodología empleó un enfoque híbrido que combina las perspectivas bibliométrica y sistemática. En la perspectiva bibliométrica se adoptó un enfoque cuantitativo, utilizando las métricas de Bibliometrix a través del software R, y utilizando la frase de búsqueda "desigualdad socio-territorial y geoprociamiento". Por otro lado, el enfoque sistemático se llevó a cabo mediante un análisis cuali-cuantitativo realizado a través de la evaluación de la síntesis del enfoque, producción de datos, bases de colaboración y los principales indicadores utilizados. El resultado de la investigación bibliométrica arrojó la identificación de 113 artículos en las bases de datos Scopus y Web Of Science, lo que resultó en 74 y 39 publicaciones respectivamente, entre los años 1987 y 2022. Al eliminar las repeticiones de 10 artículos que se contaron en ambas bases, el resultado final fue de 103 publicaciones. Del análisis desde la perspectiva sistemática, se observa un predominio de investigaciones en países de América Latina, con énfasis en los indicadores de educación, género, edad, ingresos, movilidad, infraestructura y vivienda.

Palabras clave: Indicadores Sociales. Exclusión social. Inclusión social. Bibliometrix.

INTRODUÇÃO

Os estudos de desigualdade socioterritorial podem ser estruturados a partir da análise de inclusão e exclusão social (Genovez *et al.*, 2007), que pode revelar aspectos da desigualdade social. Catão (2015) define desigualdade social como a distribuição desigual das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma sociedade entre seus membros. E complementa que, essa distribuição pode ocorrer de forma desigual, tanto para mais quanto para menos (Catão, 2015).

Neste contexto, as pesquisas de indicadores de inclusão e exclusão social, que considerem o recorte territorial e suas diferentes realidades, podem ser melhor representadas, por técnicas de geoprocessamento.

A distribuição desigual das riquezas revela a pobreza, que por sua vez é uma condição em que as pessoas não possuem recursos suficientes para viver com dignidade. Logo, a vulnerabilidade da dignidade está intimamente ligada à desigualdade social e territorial. Essa relação destaca a importância de fatores como o espaço geográfico, as condições habitacionais, as características dos domicílios, a participação cidadã e a tecnologia para identificar as disparidades existentes em regiões pobres e vulneráveis. É possível constatar que o bem-estar econômico está diretamente ligado a fatores como o nível de emprego, a participação produtiva, a renda e o nível de consumo (Mendoza, 2014).

A vulnerabilidade social está intimamente ligada à pobreza e desigualdade, sendo que aspectos como o espaço geográfico, as condições de habitação, as características dos lares, a participação cidadã e o acesso as tecnologias da informação são elementos fundamentais para compreender a disparidade presente em regiões pobres e vulneráveis (Tinedo, 2020).

Para Batista (2019) apesar da pobreza e exclusão social possuem conceitos diferentes, ambas têm como objetivo descrever um conjunto de desvantagens sociais que afetam certos indivíduos ou grupos em comparação a uma norma estabelecida, que se refere à satisfação de necessidades básicas relacionadas a diferentes padrões dominantes de bem-estar.

A exclusão social e a inclusão social também têm um aspecto territorial, já que as desigualdades sociais não são uniformemente distribuídas em uma sociedade (Cariola; Lacabana, 2003; Galimberti, 2013; Virgílio *et al.*, 2019; Takakura e Massi, 2022). A desigualdade socioterritorial é um problema grave que pode acentuar ainda mais a exclusão social e dificultar a inclusão social. Essa diferença não é uniformemente distribuída em uma sociedade e pode ser acentuada em determinadas áreas geográficas, resultando na chamada desigualdade socioterritorial.

Nos últimos anos, a desigualdade socioterritorial tem se tornado um assunto cada vez mais explorado por pesquisadores em todo o mundo (Llompart-Frenzel; Pastor, 2019; Maceira, 2020; Tinedo, 2020). Ela se refere à distribuição desigual de recursos, oportunidades e qualidade de vida entre diferentes regiões, bairros ou comunidades dentro de uma mesma cidade ou país (Valenzuela *et al.*, 2021; Rodríguez-Rejas, 2022). Essa inequidade é resultado de diversos fatores, incluindo a história de ocupação e uso do solo (Hidalgo *et al.*, 2012), a segregação residencial (Blanco e Bosoer, 2021), a falta de investimentos públicos em

determinadas áreas (Iglesias-Pascual, 2023) e as ações do mercado imobiliário (Santoro, 2019; Martner-Peyrelongue, 2020).

A maioria das cidades possui uma distinção clara entre as áreas residenciais habitadas pelos grupos sociais mais abastados, as áreas dominadas pela classe média e os espaços em que os grupos mais pobres são confinados. Esse processo de diferenciação é um componente crucial do desenvolvimento urbano e tem sido objeto de estudo na análise urbana, entre outras razões, porque a existência de divisões socioeconômicas no espaço pode perpetuar essas diferenças (Aguilar; Mateos, 2011).

O subdesenvolvimento é caracterizado por uma alta e persistente problemática social, no entanto, mesmo em regiões mais desenvolvidas, problemas dessa natureza são comuns (Jiménez, 2015). A desigualdade está presente em vários países no mundo, mesmo os desenvolvidos como é o caso da Itália (Barbieri *et al.*, 2019), Espanha (Sarasa *et al.*, 2018; Camarero e Oliva, 2019; Jiménez, 2015), Portugal (Saraiva *et al.*, 2021), França (Ouanhnon *et al.*, 2022; Ghosn *et al.*, 2012).

Na América Latina, a desigualdade socioterritorial é um problema grave que afeta a maioria das cidades, especialmente as metrópoles (Torres e Martínez, 2022; Galimberti, 2013; Blanco e Apaloaza, 2018; Calonge, 2019; Pérez, 2020). As diferenças entre os bairros e as regiões são evidentes (Aguilar e Mateos, 2011; Matossian, 2018; Takakura e Massi, 2022), e muitas vezes se refletem na qualidade de vida (Santos, 2016), nas condições de moradia (Czytajlo, 2017), na saúde e na educação das populações (Alves *et al.*, 2008). Essa realidade é agravada pela falta de acesso a serviços básicos, como água, saneamento, transporte público e segurança, que afetam principalmente as populações mais pobres e vulneráveis.

No Brasil, a desigualdade socioterritorial é um problema grave e persistente. Diversos estudos (Alves *et al.*, 2008; Santoro, 2019; Alves-Diniz *et al.*, 2021) mostram que as desigualdades territoriais são responsáveis por muitas das diferenças socioeconômicas entre as regiões do país. Entretanto, o destaque pode ser dado aos resultados das pesquisas do Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais (Cedest), em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), PUC-SP e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Polis). Essas instituições têm fomentado diversas pesquisas na área da construção de indicadores socioterritoriais, por meio de ferramentas de processamento de dados socioespaciais em SIG, portanto, utilizando-se de métodos e técnicas de geoprocessamento (Genovez *et al.*, 2007).

Mesmo, a desigualdade socioterritorial sendo um tema relevante e atual no contexto das pesquisas em grandes cidades, há uma ausência de estudos de revisão de literatura pelo

método bibliométrico que revelem a atualização da discussão com foco no levantamento dos indicadores utilizados em estudos que envolvem análise da desigualdade socioterritorial.

A utilização da bibliometria como ferramenta de análise da produção científica é amplamente empregada em diversas áreas do conhecimento. Por exemplo, Gülhan e Kurutkan (2021) analisaram publicações relacionadas à COVID-19 no campo das doenças infecciosas e do tórax; Duan *et al.* (2020) verificaram as aplicações do sensoriamento remoto no monitoramento de áreas protegidas; Souza e Nunes (2022) realizaram análises sobre a tecnologia social no Brasil; e Liang *et al.* (2022) apresentaram uma análise sistemática do conceito de cidade inclusiva, utilizando uma abordagem bibliométrica e uma revisão qualitativa da literatura. A utilização dessa ferramenta está se expandindo gradualmente para todas as disciplinas acadêmicas, especialmente para o mapeamento científico, em um momento em que a valorização de contribuições empíricas tem produzido correntes de pesquisa volumosas, fragmentadas e controversas, como afirmam Aria e Cucurullo (2017).

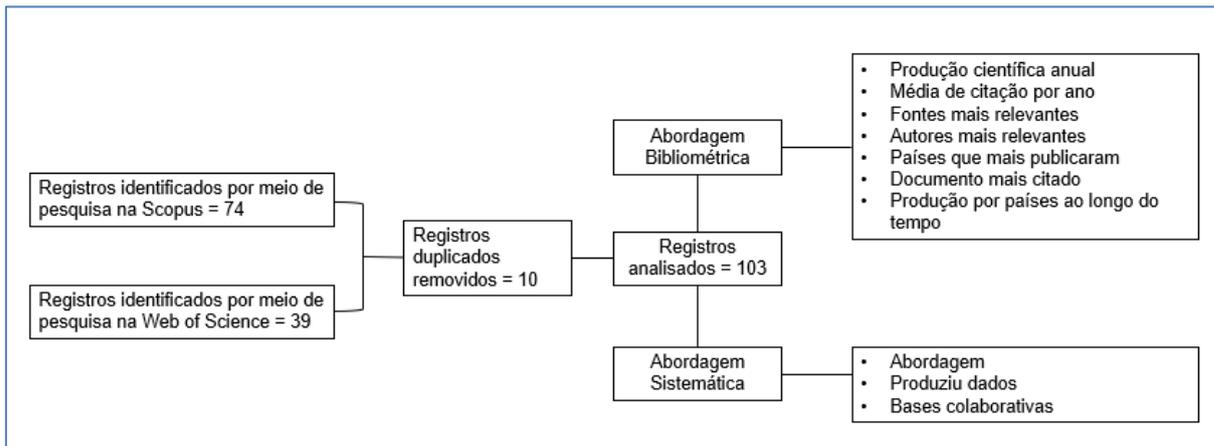
O objetivo desse artigo é realizar uma revisão da literatura sobre o tema desigualdade socioterritorial, com foco em indicadores de inclusão e exclusão social, que foram tratados por técnicas de geoprocessamento. Para conduzir a análise foram definidas as seguintes perguntas: (a) Qual é o panorama mundial evolutivo do número de publicações sobre desigualdade socioterritorial e geoprocessamento? (b) Quais são as abordagens mais recorrentes sobre desigualdade socioterritorial? (c) Quais são os principais pesquisadores desta temática que fazer uso das técnicas de geoprocessamento? e (d) Quais são os indicadores mais utilizados pelos artigos indexados nas bases Scopus e Web Of Science e que poderiam, ser utilizados também, para indicar as desigualdades socioterritoriais no Brasil?

MATERIAIS E MÉTODOS

A revisão de literatura utilizou a abordagem híbrida, bibliométrica e sistemática. De modo geral, as etapas envolvem os registros da produção por bases científicas, a remoção de registros duplicados e a análise na perspectiva bibliométrica e sistemática (fig. 1).

Na abordagem bibliométrica, adotou-se a inspeção quantitativa que foi realizada utilizando as métricas do Bibliometrix, as quais foram analisadas no *software R*, com o objetivo de avaliar e mapear a produção científica sobre o tema em questão, entre 1987 e 2022. Na abordagem sistemática são analisados os artigos selecionados.

Figura 1 - Síntese da metodologia aplicada.



Fonte - Elaborado pelos autores (2023).

O Bibliometrix é um pacote de *software* estatístico que considera 16 categorias de metadados em suas análises de mapeamento científico, conforme descrito por Aria e Cuccurullo (2017). Em síntese, as principais categorias são: fontes, autores, documentos, agrupamento, estrutura conceitual, estrutura intelectual, e estrutura social.

Já a abordagem sistemática foi realizada por meio de análise qualitativa, com foco em publicações que tratassem de desigualdade socioterritorial e geoprocessamento. Para a revisão sistemática, foram incluídos todos os 103 estudos apontados pelo Bibliometrix, dos quais foram selecionados os indicadores de pesquisa relevantes para caracterizar a desigualdade socioterritorial.

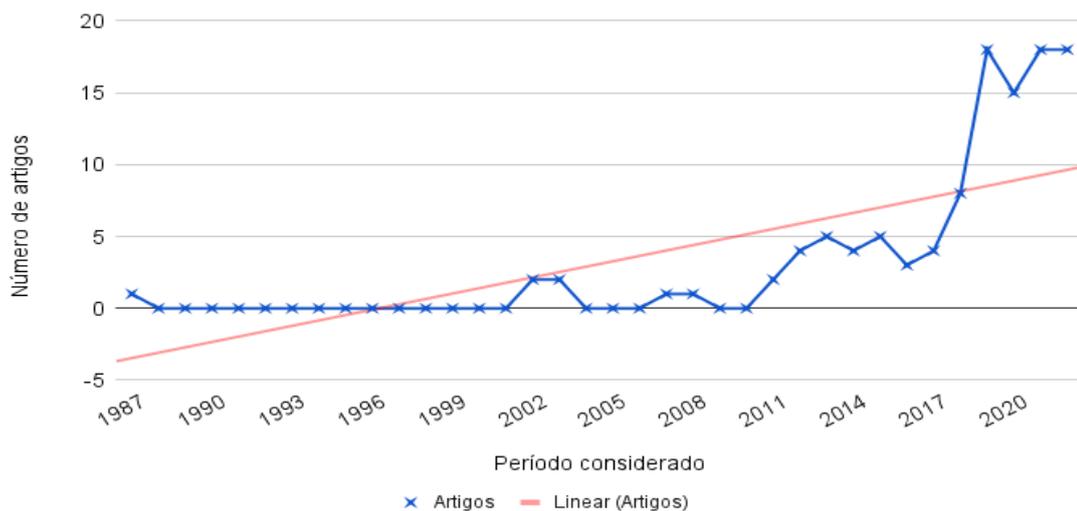
Para realizar a busca de artigos, foi utilizado o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com acesso pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), além das bases Scopus e Web of Science. A *string* de busca foi "*socio-territorial inequality and geoprocessing*" aplicada ao título do artigo, resumo, palavras-chave e autores.

Os indicadores bibliométricos escolhidos para a revisão com o auxílio do Bibliometrix foram: produção científica anual, fontes mais relevantes, número de publicações nos periódicos mais relevantes, autores mais relevantes, documento mais citado no mundo e a produção científica por países. Essas categorias foram selecionadas por apresentarem a classificação "excelente" em relação à completude dos metadados bibliográficos. Os indicadores que indicam a desigualdade socioterritorial foram selecionadas de acordo com os mesmos, utilizados, nas pesquisas dos autores mais relevantes e mapeados pelo Bibliometrix.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das 16 categorias de metadados considerados nas análises de mapeamento científico pelo *Biblioshiny* do *Bibliometrix*, nove foram consideradas completamente ausentes, portanto, desconsideradas nessa pesquisa. Desta forma, e tendo-se por base os 103 artigos avaliados, pode-se observar um número de produção científica expressivo, apenas, a partir do ano de 2019 (fig. 2). Verifica-se que, até o ano de 2011, o número de publicações se manteve oscilante e relativamente baixo, em comparação com os períodos mais recente, evoluindo para um lineamento ascendente e contínuo, somente a partir de 2013.

Figura 2 - Evolução da produção científica anual.



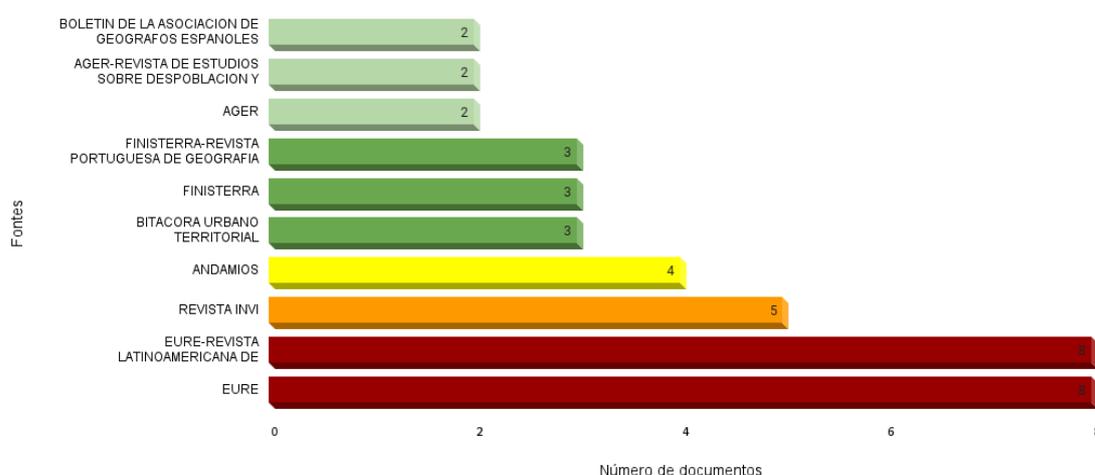
Fonte - Elaborado pelos autores (2023).

As possíveis razões pelas quais os estudos da temática da desigualdade socioterritorial se tornaram proeminentes, somente, nos últimos anos, podem ser devido ao agravamento: da globalização e suas consequências, fato que foi observado nas pesquisas de Cariola e Lacabana (2003); Roda (2014); da crise econômica global abordada por Camarero e Oliva (2019); do crescimento das cidades e da população urbana em todo o mundo (Kakpo, 2012; Ghosn *et al.*, 2013); e também do aumento da disponibilidade de dados geoespaciais e a melhoria das tecnologias de georreferenciamento.

No que diz respeito à análise do número de publicações por periódicos, destaca-se a revista EURE (Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales) como fonte mais relevante (fig. 3). De acordo com SCIELO (2023) a EURE é uma publicação quadrimestral do Instituto de Estudios Urbanos da Pontificia Universidad Católica de Chile. Sua proposta

editorial enfoca a pesquisa interdisciplinar de alto impacto para os países da América Latina. Suas publicações apresentam artigos sobre a organização e gestão territorial em seus aspectos urbanos, regionais e locais, levando em consideração as dimensões ambientais. O periódico tem sido relevante, para a ampla difusão internacional e é lido por muitos centros acadêmicos especializados no estudo do desenvolvimento urbano-regional, contando com a colaboração regular de diversos especialistas renomados nessa área (EURE, 2023).

Figura 3 - Periódicos mais relevantes.

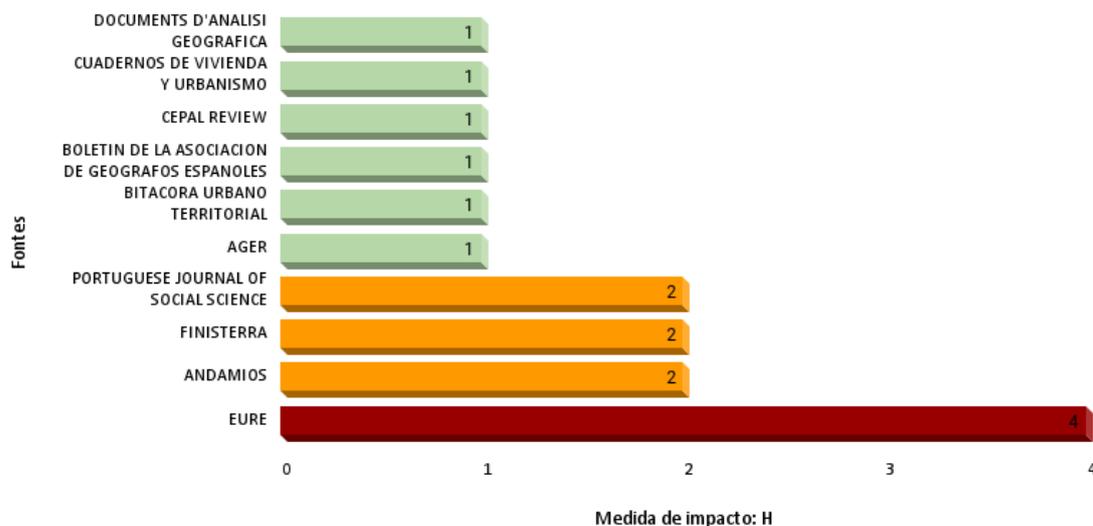


Fonte - Elaborado pelos autores (2023).

Em relação aos periódicos brasileiros, não foi detectado, pelo Bibliometrix, nenhuma publicação nas bases pesquisadas. De acordo, com Alisson (2013) isso pode ser justificado pelo fato que os periódicos brasileiros publicam menos artigos na língua inglesa e em colaboração com o exterior do que as revistas científicas de países emergentes, como a China e Coréia do Sul, que têm intensificado seu processo de internacionalização. Segundo Ribeiro (2006), as publicações precisam ser indexadas em bases de dados multidisciplinares ou temáticas de ampla difusão, que buscam dar visibilidade à produção científica e controlar sua produção bibliográfica. As bases de dados têm critérios próprios para avaliar a qualidade da publicação e sua inclusão pode significar reconhecimento de mérito para a revista e seus autores.

Adicionalmente, avaliou-se as produções com maior impacto de publicação (fig. 4). De modo geral, os periódicos são avaliados de diversas maneiras, seguindo determinados critérios, sendo um deles, o fator de impacto.

Figura 4 - Produções com maior impacto de publicação.

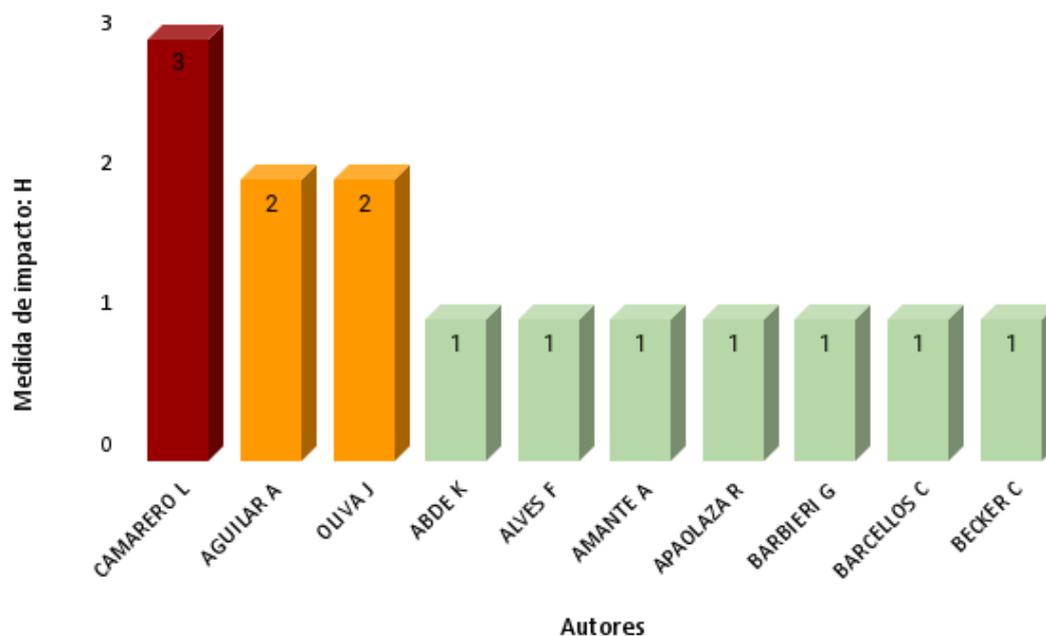


Fonte - Elaborado pelos autores (2023).

Na análise, foi considerado o índice H, introduzido por Jorge E. Hirsch em 2005 e amplamente adotado no meio científico para medir a produtividade e o impacto dos pesquisadores (Thomaz *et al.*, 2011). Logo, o destaque é a Revista EURE, assim como resultou a análise de periódicos mais relevantes.

Dentre os autores com maior impacto de publicação, que tem se dedicado a temática da desigualdade socioterritorial e geoprocessamento (fig. 5), sobressai-se o professor Luis Camarero, que atua como docente de doutorado no Departamento de Teoria, Metodologia e Mudança Social da Universidade Nacional de Educação à Distância - UNED/Madrid. O destaque de Camarero está relacionado à um conjunto de publicações nos periódicos: *Portuguese Journal of Social Science* (Camarero e Oliva, 2016), *Palgrave Communications* (Camarero e Oliva, 2019) e, *Revista Austral de Ciencias Sociales* (Camarero e Quaranta, 2020). Ressalta-se aqui suas considerações acerca da dinâmica das desigualdades sociais, afirmando que elas não são estáticas e são determinadas pelo tempo e pelo lugar (Camarero *et al.*, 2020). Ou seja, é importante entender que as desigualdades não são uma característica natural ou inevitável da sociedade, mas sim o resultado de processos sociais e políticos específicos.

Figura 5 - Autores com maior impacto de publicação.



Fonte - Elaborado pelos autores (2023).

Na produção científica por países (fig. 6) e assim, destaca-se produtividade dos Argentina, Brasil e Espanha.

Nos últimos anos, a produção do espaço residencial na América Latina tem sido influenciada por mudanças decorrentes do agravamento das desigualdades sociais e dos processos de mercantilização do desenvolvimento urbano. Essas transformações têm impacto significativo na configuração das cidades e na distribuição socioespacial das habitações na região (Marengo *et al.*, 2022). Na Argentina o desenvolvimento econômico tem sido caracterizado pela existência de profundas disparidades regionais. E a cartografia é altamente eficaz para analisar a distribuição espacial, identificar concentrações, dispersões e tendências. (Longhi e Osatinsky, 2017).

Ao se falar em moradia, remete-se à espaço e conseqüentemente à território. O território desempenha um papel fundamental na estruturação das desigualdades sociais, porque tem influência significativa sobre a magnitude e reprodução dessas disparidades em várias áreas do desenvolvimento social. O território é onde se cristalizam, conectam e entrecruzam as desigualdades sociais, ou seja, o local que se perpetua a transmissão da pobreza de uma geração para outra (CEPAL, 2016).

No que diz respeito a análise, Borba e Lima (2011) afirmam que a identificação dos fatores que levam à exclusão ou inclusão social está ligada à vulnerabilidade social, que é um processo complexo que envolve vários indicadores que variam ao longo do tempo e do espaço. E observam que é notável que alguns fatores tradicionais de exclusão, como a fome, a pobreza e o desemprego, bem como fatores de inclusão, como o emprego e a justiça social, continuam a ser relevantes na sociedade atual, apesar de serem problemas antigos.

Melazzo (2019) é enfático ao afirmar que quando a temática da exclusão social é trabalhada no âmbito das cidades brasileiras, a questão ganha novos contornos com o desafio de se compreender os atuais significados da vida urbana e dos processos geradores da pobreza e, portanto, da exclusão social.

Em maior ou menor grau, cidades ao redor do mundo enfrentam desafios relacionados ao empobrecimento concentrado, desespero humano, infraestrutura em decadência, consumo excessivo, vulnerabilidade ambiental, poluição, congestionamento, conflitos sociais, violência e insegurança, entre outros problemas (Galimberti, 2013).

Diversas pesquisas têm utilizado indicadores como sexo, escolaridade, renda, infraestrutura, pobreza, origem da água potável, qualidade do habitat, empregabilidade, etnia, entre outros (Dureau *et al.*, 2013; Czytajlo, 2017; Faria, 2013; Aguilar e Mateos, 2011; Traoré *et al.*, 2020; Camarero e Serrano, 2021; Galimberti, 2013; Blanco e Apaolaza, 2018; Krapovikas e Garay, 2017; Takakura e Massi, 2021), para avaliarem a desigualdade socioterritorial. Na maioria, são utilizados em conjunto com outros indicadores. Fato que pode ser explicado pela complexidade das disparidades. Na Tabela 1, estão listados os principais indicadores constatados nos periódicos analisados. Estes, são derivados de pesquisas de diversos autores no mundo, e que podem ser utilizados também, para determinar a desigualdade socioterritorial no Brasil.

Tabela 1 - Indicadores de desigualdade socioterritorial.

VARIÁVEIS	AUTORES
Educação/escolaridade	Aguilar e Mateos (2011); Czytajlo (2017); Traoré <i>et al.</i> (2020); Camarero e Serrano (2021); Aguilar e Lopez (2018).
Sexo/gênero	Czytajlo (2017); Audren e Baby-Collin (2021); Rollet <i>et al.</i> (2021).
Idade	Galimberti (2013); Blanco e Apaolaza (2018); Jiménez (2015).
Renda	Cariola e Lacabana (2003); Alves-Diniz <i>et al.</i> (2023); Bógus e Magalhães (2022); Alves e Franco (2008); Abascal e Bilbao (2023); Ghosn <i>et al.</i> (2013); Roda <i>et al.</i> (2014).
Mobilidade	González-Alvo e Czytajlo (2022); Camarero e Oliva (2016); Camarero e Oliva (2019); Santos (2016); Camarero e Serrano (2021).
Infraestrutura	Faria (2013); Torres e Martínez (2022).
Habitação	Dureau <i>et al.</i> (2013); Llomparte-Frenzel e Pastor (2019); Krapovikas e Garay (2017); Rodríguez (2019).

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme observado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2016) a idade, sexo, escolaridade e ocupação são eixos que determinam o bem-estar social. A idade é um fator crucial na distribuição do bem-estar e poder na estrutura social, que também serve como uma base para a atribuição de responsabilidades e papéis sociais. A Comissão aponta que tradicionalmente, a vida é dividida em quatro estágios distintos: infância, juventude, adultez e velhice, cada um com suas próprias oportunidades, desafios e riscos específicos. E complementa, afirmando que está comprovado que a maior incidência de pobreza mundial ocorre em grupos entre a infância até o início da adultez. O sexo deve ser uma das variáveis consideradas, pois as diferenças entre jovens do sexo feminino e masculino são muito notórias em quase todos os países, onde a porcentagem de jovens do sexo feminino que se encontram em situação de vulnerabilidade social é o dobro da porcentagem dos jovens do sexo masculino.

Krapovikas e Garay (2017), defendem o uso da variável escolaridade, uma vez que ela compromete a possibilidade de melhorar as condições de vida. O acesso à infraestrutura como: saneamento, energia e transportes são indicadores bastante utilizados nas pesquisas que avaliam a desigualdade socioterritorial, pois a ausência desses elementos deteriora consideravelmente a qualidade de vida.

Czytajlo (2017) defende que uma habitação adequada deve ser capaz de proteger seus ocupantes das condições climáticas adversas e garantir privacidade e higiene, fatores

essenciais para a manutenção da qualidade de vida. Também observa que a desigualdade socioeconômica pode influenciar na qualidade da construção, na disponibilidade de equipamentos e no espaço físico disponível dentro da habitação.

A pobreza também deve ser considerada, pois, de acordo com o Banco Mundial (2022, p. 47), em 2019, 30% da população brasileira estava vivendo em situação de pobreza, ou seja, pessoas que vivem com menos de meio salário-mínimo por mês. Enquanto 7,7% dos brasileiros estavam em situação de extrema pobreza, vivendo com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 178. E completa afirmando que, durante os últimos anos, tem sido evidente que a incidência da pobreza é consideravelmente maior em áreas rurais do que em áreas urbanas, com pouca redução. Em 2019, houve um aumento no percentual da população que vive acima de um salário-mínimo per capita (classe média) tanto nas áreas urbanas quanto rurais: de 41,7% para 46,3% nas áreas urbanas e de 14,3% para 19,8% nas áreas rurais. Esse aumento nos extremos foi acompanhado por uma redução tanto dos vulneráveis quanto dos moderadamente pobres.

A mobilidade é um indicador importante de desigualdade socioterritorial, e pode ser observada na capacidade dos cidadãos de acessar diariamente serviços na cidade a partir de sua localização residencial (Dureau *et al.*, 2013). A falta de mobilidade também pode gerar desigualdades no acesso a serviços básicos, pessoas que não têm transporte adequado ou que vivem em áreas isoladas podem ter dificuldades em obter atendimento médico, por exemplo, o que pode ter um impacto negativo na sua saúde e bem-estar. E áreas com infraestrutura de transporte bem desenvolvida podem gerar maior mobilidade e oportunidades para seus moradores, o que pode aumentar suas chances de ascensão social e melhorar sua qualidade de vida (Blanco e Apaloaza, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão de literatura faz uma valiosa contribuição para o estudo da desigualdade socioterritorial, fornecendo uma análise abrangente e inédita de todos os artigos encontrados pelas *strings* de busca atualizada.

A desigualdade socioterritorial é um tema complexo e relevante na atualidade, que se refere às diferenças e disparidades existentes entre os territórios urbanos e seus habitantes. Esse conceito está relacionado a questões como distribuição de renda, acesso a serviços básicos e qualidade de vida, mas também abrange aspectos culturais, políticos e históricos que influenciam na dinâmica dos espaços urbanos.

Para enfrentar a desigualdade socioterritorial, é necessário adotar políticas públicas que visem a redistribuição de recursos e oportunidades. Isso implica em investimentos em infraestrutura e serviços públicos em áreas desfavorecidas, além de medidas que promovam a inclusão social e a participação da população na tomada de decisões. É fundamental que essas políticas sejam planejadas de forma participativa e integrada, considerando as especificidades de cada território e envolvendo diferentes atores sociais.

Dentre os indicadores para determinar a desigualdade socioterritorial, pode-se incluir também os programas governamentais de transferência de renda, como é o caso brasileiro do Bolsa Família, também podem ser utilizados como indicadores de desigualdade, uma vez que eles visam beneficiar famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Bem como os índices de desenvolvimento humano (IDH), que abrangem até a escala municipal, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, também fornecido pelo IBGE.

O geoprocessamento desempenha um papel fundamental na análise e visualização de dados espaciais, sendo amplamente empregado em estudos sobre desigualdade socioterritorial. Essa ferramenta possui a capacidade de integrar informações geográficas com dados socioeconômicos, possibilitando a identificação de padrões espaciais de desigualdade e proporcionando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e territoriais.

É importante ressaltar que o uso das ferramentas de geoprocessamento em estudos de desigualdade socioterritorial pode variar consideravelmente em termos de progresso e estado atual, dependendo do contexto geográfico e das iniciativas de pesquisa em andamento. Nesse sentido, é recomendável buscar informações atualizadas sobre o tema, recorrendo a consultas a estudos e pesquisas recentes nessa área específica. A pesquisa bibliométrica é uma das formas de consulta que pode auxiliar nesse processo.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Adrián Guillermo; MATEOS, Pablo. Diferenciación sociodemográfica del espacio urbano de la Ciudad de México. **Eure (Santiago)**, v. 37, n. 110, p. 5-30, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612011000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 mar. 2023.

AGUILAR, Adriano G.; LOPEZ, Flor M. A cidade-região da Cidade do México: desigualdade social e vazio no planejamento do desenvolvimento. **Revisão do planejamento de desenvolvimento internacional**, 2018.

ALISSON, Elton. Revistas científicas do Brasil são menos internacionalizadas. In: **Revista Exame**. 55 anos. Ciência. Publicado em: 01 nov. 2013. Disponível em: <

<https://exame.com/ciencia/revistas-cientificas-do-brasil-sao-menos-internacionalizadas/>>.
Acesso em: 06 mar. 2023.

ALVES, Fatima; FRANCO, Creso; DE QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César. Urban segregation and school backwardness in Rio de Janeiro. **Cepal review**, v. 2008, n. 94, p. 129-144, 2008. Disponível em:< <https://www.un-ilibrary.org/content/journals/16840348/2008/94/8>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ALVES-DINIZ, Alexandre-Magno; MENDONÇA, Jupira Gomes; DE-ANDRADE, Luciana-Teixeira. La estructura socio-ocupacional metropolitana brasileña: diversificación y homogeneidad en los años 2000. **EURE** (Santiago), v. 47, n. 141, p. 207-230, 2021. Disponível em:< <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/EURE.47.141.10/1401>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

AUDREN, Gwenaëlle; BABY-COLLIN, Virginie. Mobilités intersectorielles entre public et privé à l'aune des inégalités et des territoires scolaires à Marseille: ce que cache le «zapping». **Formation emploi**, p. 117-140, 2021.

BARBIERI, Giovanni A. et al. In search of spatial justice. Towards a conceptual and operative framework for the analysis of inter-and intra-urban inequalities using a geo-demographic approach. The case of Italy. **Regional Science Policy & Practice**, v. 11, n. 1, p. 109-121, 2019.

BATISTA, E.H.A. Estado, Estado do bem-estar social e sociedade: as políticas sociais e a questão da pobreza em uma perspectiva multidisciplinar. **Formação Online**, v. 26, n. 48, p. 2-32, 2019.

BLANCO, Jorge; APAOLAZA, Ricardo. Socio-territorial inequality and differential mobility. Three key issues in the Buenos Aires Metropolitan Region. **Journal of Transport Geography**, v. 67, p. 76-84, 2018.

BLANCO, Jorge; BOSOER, Luciana. La movilidad de las trabajadoras del servicio doméstico. Escenarios múltiples en Buenos Aires. **Revista INVI**, v. 37, n. 104, p. 303-332, 2022.

BÓGUS, Lucia M. Machado; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. DESIGUALDADES SOCIAIS E ESPACIALIDADES DA COVID-19 EM REGIÕES METROPOLITANAS. **Caderno CRH**, v. 35, 2022.

CALONGE, Fernando. Public expectations on the construction of mass transit infrastructure in Guadalajara metropolitan area, Mexico. **Ciudad y Territorio Estudios Territoriales**, v. 51, n. 199, p. 147-161, 2019.

CAMARERO, Luis; OLIVA, Jesús. Mobility and household forms as adaptive strategies of rural populations. **Portuguese Journal of Social Science**, v. 15, n. 3, p. 349-366, 2016.

CAMARERO, Luis; OLIVA, Jesús. Thinking in rural gap: mobility and social inequalities. **Palgrave Communications**, v. 5, n. 1, 2019.

CAMARERO, Luis; DE GRAMMONT, Hubert C.; QUARANTA, Germán. El cambio rural: una lectura desde la desagrarización y la desigualdad social. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, n. 38, p. 191-211, 2020. <https://doi.org/10.4206/rev.austral.cienc.soc.2020.n38-10>. Acesso em: 1 março 2023.

CAMARERO, Luis; SERRANO, Jesús Oliva. Hidden Disparities in Rural Transition: Cosmopolitanism, Socioeconomic Decline and Accessibilities. **Ager: Revista de estudios sobre despoblación y desarrollo rural= Journal of depopulation and rural development studies**, n. 32, p. 65-92, 2021.

CARIOLA, C.; LACABANA, M. Globalization and socio-territorial inequalities: the expansion of Caracas' metropolitan periphery. **EURE-REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS URBANO REGIONALES**, v. 29, n. 87, p. 5-21, 2003.

CATÃO, Marconi do Ó. A exclusão social e as favelas na cidade do Rio de Janeiro. **Revista de Direito da Cidade**, v. 7, n. 3, p. 1002-1045, 2015. <https://doi.org/10.12957/rdc.2015.18839>

CEPAL. (2016). **CEPAL. La matriz de la desigualdad social en América Latina**. Santiago de Chile: Naciones Unidas. Disponível em:< <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40668>>. Acesso em: 1 março 2023.

DUREAU, Françoise et al. Urban Changes, Mass Transit and Socio-Territorial Inequalities in Neighbourhoods in West Bogotá. **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo**, v. 6, n. 11, 2013. EURE. Disponível em:< <http://www.eure.cl/index.php/eure>>. Acesso: 8 março 2023.

EJEA MENDOZA, Guillermo. Poverty and Socio-territorial Inequality in Mexico City: The Structural Problem and the Limits of Social Policy. **Sociológica (México)**, v. 29, n. 83, p. 87-127, 2014. Disponível em:< http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-01732014000300003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 2 maio 2023.

FARIA, Rivaldo Mauro. Os desiguais limites da porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) em Pouso Alegre-MG, Brasil. **RAEGA-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 29, p. 135-156, 2013.

GALIMBERTI, Cecilia Inés. Landscapes of Inequality in Contemporary Metropolises. The Case of the Metropolitan Area Riverbank in Rosario, Argentina. **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo**, v. 6, n. 11, 2013.

GENOVEZ, P.C. et al. Indicadores territoriais de exclusão/inclusão social: geoinformação como suporte ao planejamento de políticas sociais. In: **Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual**. Cláudia Maria de Almeida, Gilberto Câmara, Antonio Miguel V. Monteiro, organizadores; apresentação de Michael Batty. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. cap.3, p.64-85.

GENOVEZ, Patrícia C.; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira; CÂMARA, Gilberto. Diagnóstico das Áreas de Exclusão/Inclusão Social através de Sistema de Informação Geográfica na Área Urbana de São José dos Campos–SP. In: **Anais x SBSR**, Foz do Iguaçu, 21-26 abril 2001, INPE, p.1097-1105. Disponível em:<

<http://mar.tecid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/lise/2001/09.19.13.10/doc/1097.1105.282.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GHOSN, Walid et al. Trends in geographic mortality inequalities and their association with population changes in France, 1975–2006. **The European Journal of Public Health**, v. 23, n. 5, p. 834-840, 2013.

GONZÁLEZ-ALVO, Inés; CZYTAJLO, Natalia. Movilidad y género en contextos de vulnerabilidad: el caso del Sistema Metropolitano de Tucumán. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, n. 73, p. 35-56, 2022.

GÜLHAN, Pınar Yildiz; KURUTKAN, Mehmet Nurullah. Bibliometric analysis of covid-19 publications in the field of chest and infectious diseases. **Duzce Medical Journal**, v. 23, n. 1, p. 30-40, 2021. Disponível em:< <https://dergipark.org.tr/en/pub/dtfd/issue/60168/826465>>. Acesso em: 06 março 2023.

JIMÉNEZ, Antonio Moreno. Designing a socio-spatial need indicator for urban social services analysis and decision making. A case study. **Investigaciones geográficas**, n. 87, p. 102-117, 2015.

KAKPO, Nathalie. Lyon metropolis: economic development and social division of space. **Lyon metropolis: economic development and social division of space**, p. 47-53, 2012.

LIANG, Danni et al. Mapping key features and dimensions of the inclusive city: A systematic bibliometric analysis and literature study. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 29, n. 1, p. 60-79, 2022.

LONGHI, Fernando; OSATINSKY, Ariel. Estructura productiva, pobreza e problemas de emprego nas províncias pampeanas e nortenas da Argentina nos primeiros anos do século XXI. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 1, p. 77-99, 2017. Disponível em:< http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2017000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 22 jun. 2023.

OUANHNON, Lisa et al. Social and territorial inequalities in breast and cervical cancers screening uptake: a cross-sectional study in France. **BMJ open**, v. 12, n. 2, p. e055363, 2022.

LLOMPARTE-FRENZEL, M. P.; PASTOR, G. C. Disputas teóricas y prácticas en el paisaje de interfases urbano rurales: Aproximaciones desde Tucumán (Argentina)/Theoretical and practical disputes in the landscape of urban rural interfaces: Approaches from Tucumán (Argentina). **Urbano, [S. l.]**, v. 22, n. 40, p. 10–27, 2019. DOI: 10.22320/07183607.2019.22.40.01. Disponível em: <<https://revistas.ubiobio.cl/index.php/RU/article/view/3686>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

MACEIRA, Verónica. Diferenciación socio-territorial del Área Metropolitana de Buenos Aires y reproducción de los procesos de marginalidad. **Quid 16: Revista del Área de Estudios Urbanos**, n. 14, p. 283-310, 2020.

MARENGO, M. C., ELORZA, A. L., MONAYAR, V., SOSA, M. F. Desigualdades socioterritoriales y transformaciones en las periferias derivadas de proyectos habitacionales públicos en Córdoba, Argentina. **Cuaderno urbano**, v. 33, n. 33, p. 48-77, 2022. Disponível

em:< http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853-36552022000200048&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MELAZZO, E. S. Notas sobre um Grupo de Pesquisas—O Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas—CEMESPP. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 41, p. 133-140, 2019.

PEITER, Paulo Cesar et al. Zika epidemic and microcephaly in Brazil: Challenges for access to health care and promotion in three epidemic areas. **PloS one**, v. 15, n. 7, p. e0235010, 2020.

PÉREZ, Miguel Rubiales. Segregación en las metrópolis españolas 2001-2011: un análisis con detalle territorial. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, v. 66, n. 1, p. 83-105, 2020.

RIBEIRO, Maria Piedade Fernandes. A importância da indexação para a difusão do conhecimento comunicado nas revistas técnico-científicas. **REME rev. min. enferm**, 2006.

RODA, EM Martín et al. Desequilibrios territoriales en el auge económico chino. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, 2014.

RODRÍGUEZ, María Carla. “Step by step” urbanism. Reconfiguration of metropolitan centrality and villas in Buenos Aires city, Argentina. **Andamios**, v. 16, n. 39, p. 15-45, 2019. Disponível em:< <https://andamios.uacm.edu.mx/index.php/andamios/article/view/673>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

RODRÍGUEZ-REJAS, María-José. Territorios Segregados. Experiencias de Dignificación frente a la Exclusión Socioterritorial. **ANDULI, Revista Andaluza de Ciencias Sociales**, n. 21, p. 213-235, 2022.

ROLLET, Quentin et al. Socio-Territorial Inequities in the French National Breast Cancer Screening Programme—A Cross-Sectional Multilevel Study. **Cancers**, v. 13, n. 17, p. 4374, 2021.

SANTORO, Paula Freire. Inclusionary housing policies in Latin America: São Paulo, Brazil in dialogue with Bogotá, Colombia. **International Journal of Housing Policy**, v. 19, n. 3, p. 385-410, 2019. Disponível em:< <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19491247.2019.1613870>>. Acesso em: 20 fev.2023.

SANTOS, Sofia. Who are you calling sub/urban? Socio-spatial inequality and mobility in the Lisbon Metropolitan Area. **Portuguese Journal of Social Science**, v. 15, n. 3, p. 387-407, 2016.

SARAIVA, M.; AMANTE, A.; SÁ MARQUES, T.; FERREIRA, M.; MAIA, C. . Perfis territoriais de criminalidade em Portugal (2009-2019). **Finisterra**, [S. l.], v. 56, n. 116, p. 49–73, 2021. DOI: 10.18055/Finis20682. Disponível em:<<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/20682>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

SARASA, Sebastián et al . Desindustrialización y crisis en la Barcelona posolímpica: hacia una ciudad dual?. **EURE** (Santiago), Santiago, v. 44, n. 131, p. 29-52, Jan. 2018. Available

from <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612018000100029&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar. 2023.

SCIELO. SCIELO. EURE. Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales. Atualizado em Maio 29, 2023. Disponível em:<https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_serial&pid=0250-7161&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SOUZA, Susimara Rosa; NUNES, Nei Antonio. Análise da tecnologia social no Brasil: uma pesquisa bibliométrica Analysis of social technology in Brazil: a bibliometric survey. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 14720-14734, 2022.

TAKAKURA, Miho; MASSI, Klécia Gili. Wealth and Education Influences on Spatial Pattern of Tree Planting in a Tropical Metropolis in Brazil. **Environmental Management**, v. 69, n. 1, p. 169-178, 2022. Disponível em:< <https://link.springer.com/article/10.1007/s00267-021-01542-2>> Acesso: 20 fev.2023

THE WORLD BANK. 2022. Brazil Poverty and Equity Assessment: Looking Ahead of Two Crises. Washington D.C.: **World Bank**. 155p. Disponível em:< <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/19298bfa-067d-504c-8e34-00b20e3139d2/content>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

THOMAZ, Petronio Generoso; ASSAD, Renato Samy; MOREIRA, Luiz Felipe P. Uso do fator de impacto e do índice H para avaliar pesquisadores e publicações. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 96, p. 90-93, 2011. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/abc/a/kp6RzbscSJt5snkS7XQvsqy/?lang=pt>>. Acesso em: 22 jun. 2023

TINEDO, L. La desigualdad socioterritorial y el bienestar económico: Una propuesta metodológica Socio-territorial inequality and economic well-being: A methodological proposal. **Revista Pakamuros**, volume 8, número 3, julho-setembro 2020, pg. 80-91. Disponível em:< <http://revistas.unj.edu.pe/index.php/pakamuros/article/download/140/158?inline=1>>. Acesso em: 03 maio 2023.

TORRES, Felipe Torres; MARTÍNEZ, Agustín Rojas. La seguridad alimentaria en la encrucijada de las desigualdades regionales de México. **Investigaciones Regionales-Journal of Regional Research**, v. 2022, n. 53, p. 91-115, 2022.

TRAORÉ, M.; VUILLERMOZ, C.; CHAUVIN, P.; DEGUEN, S. Influence of Individual and Contextual Perceptions and of Multiple Neighborhoods on Depression. **Int. J. Environ. Res. Public Health** 2020, 17, 1958. <https://doi.org/10.3390/ijerph17061958>

VALENZUELA, Hernán Cuevas; SÁEZ, Jorge Budrovich; BECKER, Claudia Cerda. Neoliberal economic, social, and spatial restructuring: Valparaiso and its agricultural hinterland. **Urban Planning**, v. 6, n. 3, p. 69-89, 2021.

UFRJ. **Grupo Retis**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em< <http://www.retis.igeo.ufrj.br/>>. Acesso em: 8 março 2023.

VIRGILIO, María Mercedes Di; NAJMAN, Mercedes; BRIKMAN, Denise. Génesis de las desigualdades territoriales: una mirada histórica de los procesos de configuración de las antiguas periferias de la Ciudad de Buenos Aires. **Andamios**, v. 16, n. 39, p. 47-76, 2019. Disponível em:< <https://andamios.uacm.edu.mx/index.php/andamios/article/view/67>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

Artigo recebido em: 03 de julho de 2023.

Artigo aceito em: 22 de agosto de 2023.

Artigo publicado em: 01 de janeiro de 2024.